

*21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 23.08.2012

3.2. - 31.08.2012

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – PRÉ-ESCOLAR

. FESTA DE NATAL/ 2012

- Aquisição de Prendas

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – ENSINO PRÉ-ESCOLAR

. PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR/SERVIÇO
DE APOIO À FAMÍLIA

- Anexo ao Acordo de Cooperação – Ano Lectivo 2012/2013

Ponto 6. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. FESTA DE NATAL /2012

- Aquisição de Prendas

Ponto 7. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. PROJECTOS ESCOLARES/OUTROS APOIOS

- Programa Eco-Escolas 2012/2013

. Agrupamento de Escolas Martinho Árias - Soure

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Ponto 8. **CULTURA – BIBLIOTECA MUNICIPAL**

. PROGRAMA INTEGRADO DE PROMOÇÃO DA LEITURA

- Natal /2012 – Espectáculo

Ponto 9. **ACÇÃO SOCIAL**

. HABITAÇÃO SOCIAL

- APOIO AO ARRENDAMENTO

Ponto 10. **ACÇÃO SOCIAL**

. CARTA DA EUROPA

- Junta de Freguesia de Samuel

. Agradecimento

Ponto 11. **ACÇÃO SOCIAL**

. RLCTM - Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais

. Centro Social das Malhadas - Centro de Dia e Apoio Domiciliário

- Proc. N.º 41/2008

. Isenção do Pagamento de Taxa

Ponto 12. **HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- Ampliações de Rede de BT com IP Associada

12.1. São José do Pinheiro, Freg. de Soure

12.2. Vila Nova de Anços

12.3. Mira - Olhos, Freg. de Vinha da Rainha

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 2.ª FASE
- . Empreitada de “Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira”
- . Reparação de Anomalias
 - Adjudicação

Ponto 14. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . Construção de Passeios em Brunhós
 - Adjudicação

Ponto 15. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – HIGIENE PÚBLICA

- . AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO
 - Canil/Gatil

15.1. Escolha de Procedimento Prévio

15.2. Adjudicação

Ponto 16. PROTECÇÃO CIVIL

- . APOIO AO INVESTIMENTO
 - 2012

Ponto 17. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS
- . Estação Elevatória Intermédia entre os Reservatórios de Carvalhal - Tapeus e das Degracias
 - Libertação Parcial de Caução - Homologação de Auto de Vistoria

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Ponto 18. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, DAS ÁGUAS RESIDUAIS E LAMAS DAS ETAR // 2013
- . Sistemas Público e Privado
 - Escolha do Procedimento Prévio

Ponto 19. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
 - Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2013 - Abastecimento em Alta
- . Aprovado

Ponto 20. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
 - Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2013 - Abastecimento em Baixa
- . Aprovado

Ponto 21. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . ARSC - Administração Regional de Saúde do Centro
 - Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano e das Águas Residuais
- . Parecer Favorável

Ponto 22. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA

- . RLCTM - Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais
 - Proc. N.º 43/2010
- . Isenção do Pagamento de Taxa

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Ponto 23. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . BENEFICIAÇÃO DA EM 622, PEDRÓGÃO DO PRANTO/LIMITE DO CONCELHO COM A FIGUEIRA DA FOZ
 - Aquisição de Terrenos
- . Correção

Ponto 24. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . ALCATROAMENTOS
- . ESTRADA COTAS / POMBALINHO
 - Libertação Parcial de Caução – Homologação de Auto de Vistoria

Ponto 25. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . OUTROS ALCATROAMENTOS
- . Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure
- . Ligação entre o CM 1119 e os Guerres
 - Escolha do Procedimento Prévio

Ponto 26. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . ALCATROAMENTOS NOVOS
- . ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE POMBALINHO
- . Estrada de Ligação da E.N. 348 a Malhadas/Limite do Concelho
 - Libertação Parcial de Caução – Homologação de Auto de Vistoria

Ponto 27. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . OUTRAS RECARGAS
- . ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE SAMUEL
- . EM 620 entre Carvalhal de Azoia e a Igreja de Samuel
 - Libertação Parcial de Caução – Homologação de Auto de Vistoria

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Ponto 28. RECURSOS HUMANOS

- . Natal // 2012
- Festa para os Filhos dos Trabalhadores

Ponto 29. RECURSOS HUMANOS

- . CPCJ de Soure
- Protocolo de Cooperação

Ponto 30. APOIO AOS MEMBROS DA CÂMARA

- . Secretária do Vereador
- Nomeação

**Ponto 31. PAEL - PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL
(PROGRAMA II)**

- 31.1. Projecto de Decisão sobre Pedido de Adesão
- 31.2. Decisão Final sobre Pedido de Adesão
- 31.3. Empréstimo a Médio//Longo Prazo
- Contrato

Ponto 32. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA

- Parecer da Unidade Técnica

Ponto 33. REFORMA JUDICIÁRIA

- 33.1. Associação Nacional de Municípios Portugueses
- 33.2. Delegação de Soure da Ordem dos Advogados

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Ponto 34. ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

- . Antiga Escola do 1.º CEB de Cotas
 - Hasta Pública
- . Adjudicação Definitiva

Ponto 35. PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013

- . Associação Nacional de Municípios Portugueses
 - Resolução do Conselho Geral

Ponto 36. AGRADECIMENTO

- . Partido Socialista

Ponto 37. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Esteve ausente o Senhor Vereador, Mário Jorge Nunes, por motivo justificado.

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando um conjunto de informações, das quais destacou as seguintes:

*** COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

Está concluído o investimento na melhoria dos arruamentos, no Rolhão, na Freguesia de Soure, por Administração Directa. Quem visitar esta localidade, constatará que, agora, está com outra dignidade urbana...

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “no âmbito da política de proximidade estive presente, no dia 11 de Novembro, em Paleão, na iniciativa “Festa das Sopas”. A Comissão Organizadora foi pioneira no Concelho, mas já existem outros eventos desta natureza pelo país. Esta iniciativa mobilizou muitas pessoas, embora a divulgação ter sido direccionada mais para a população de Paleão. No fundo, promoveram a importância da sopa como um prato variado e saudável num ambiente de convívio. No contexto de dificuldades, em que vivemos faz todo o sentido a promoção deste produto porque é económico e nutritivo.

Acompanhei também o Senhor Presidente de Câmara, no 34.º Aniversário do ARCA - Agrupamento Recreativo e Cultural de Amadores, na inauguração da nova sede, espaço onde se realizavam as Assembleias de Freguesia da Gesteira. Esta Sede tem excelentes condições, onde se podem visualizar muitas das memórias desta Instituição, nomeadamente fotografias, muitos troféus, parte deles com origem no atletismo, modalidade principal desta Instituição, durante os anos 80 e 90.

No dia 18 de Novembro, também acompanhei o Senhor Presidente de Câmara num almoço anual de associados, promovido pela Associação Social Recreativa e Cultural da Pouca Pena. Este almoço teve como principal objectivo reunir, aproximar a população no sentido de maior socialização e também apresentadas as principais preocupações e desafios com que a direcção se confrontava.”

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “no âmbito da Cultura, no dia 18 de Novembro, estive no almoço que assinalou o fim da época cultural/2012 do Grupo de Folclore do Melriçal.

No âmbito da Acção Social, no dia 16 de Novembro, em representação do Senhor Presidente de Câmara, estive presente na abertura do Centro de Actividades de Tempos Livres da APPACDM de Soure, nas novas instalações, onde foi subscrito o Protocolo que aprovámos relativamente à Cedência da antiga Escola Básica Soure/Sul.

Ainda no âmbito da Acção Social, no dia 19 de Novembro, estive no Centro de Saúde de Montemor-o-Velho, numa reunião com o Núcleo Técnico de Supervisão que acompanha o funcionamento da Equipa Local de Intervenção, que é uma equipa no âmbito do SNIPI - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância. Nós aprovámos um Protocolo, há um ano, em que deliberámos que as nossas Técnicas do Gabinete de Acção Social, a Psicóloga e Assistente Social, fizessem parte desta Equipa Local de Intervenção que integra técnicos da área da Educação, da Segurança Social e da Saúde, de Soure e de Montemor-o-Velho. Trata-se de uma equipa que acompanha directamente famílias sinalizadas, com crianças entre os zero e os seis anos, nas quais se tenham verificado alterações que, de alguma forma, limitam o seu normal desenvolvimento. Essa sinalização normalmente é feita, ou pelo Hospital Pediátrico ou logo na própria Maternidade. Este conjunto diversificado de Técnicos de Psicologia e Acção Social, Médicos e Enfermeiros, acompanham directamente, as famílias, quer em visitas domiciliárias, quer nas próprias Instituições que acolhem as crianças. Com esta intervenção precoce, pretende-se que dentro das limitações que lhes foram sinalizadas, as crianças possam ter um percurso social e também escolar, o mais normal possível.

Neste momento, há quarenta e três crianças, que estão a ser intervencionadas, quinze do Concelho de Soure e vinte e oito do Concelho de Montemor-o-Velho. Estive presente nesta reunião, onde habitualmente são as Técnicas que vão, tal como ficou estipulado, dentro da sua possibilidade no âmbito do trabalho que desenvolvem no Gabinete de Acção Social.”

O Senhor Vereador Américo Nogueira referiu que: “gostaria de registar duas presenças na Freguesia de Alfarelos. Estive presente no 6.º Encontro Nacional de Grupos Corais realizado pela Associação 1.º de Maio Alfarelense, participaram nesta iniciativa os Grupos Corais de Alfarelos, Alter do Chão e Proença-a-Nova.

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

Estive também presente na Festa de S. Martinho organizada pela Associação do Casal do Redinho onde actuaram a Escola de Música do Casal do Cimeiro e a Escola de Música do Casal do Redinho, ambas apoiadas pela Câmara Municipal, no âmbito da Política Municipal da Cultura.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 23.08.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

3.2. - 31.08.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – PRÉ-ESCOLAR

. FESTA DE NATAL/ 2012

- Aquisição de Prendas

Foi presente a seguinte proposta:

Proposta

ASSUNTO: EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

. FESTA DE NATAL 2012

» Aquisição de Prendas

À semelhança dos anos anteriores, prevê-se a realização de uma **FESTA DE NATAL** organizada pela Autarquia para toda a comunidade escolar que frequenta a Educação Pré-Escolar, aproximadamente 500 crianças, quer dos Jardins de Infância, quer das IPSS do Concelho.

Tradicionalmente, tem sido oferecida uma **prenda simbólica** a todas as crianças que participam nesta Festa.

Assim, relativamente à **FESTA DE NATAL 2012**, propõe-se que, no âmbito da Festa de Natal, prevista nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento, aprovado para 2012, a Câmara Municipal autorize a aquisição das correspondentes prendas, apontando para um valor global de 1.000 € (≈ 2€ por prenda).

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

Neste quadro, propõe-se que a Câmara Municipal aprove a subscrição do **Anexo ao Acordo de Cooperação** relativo ao **Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar** para o Ano Lectivo **2012/2013**.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
09.11.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição do Anexo ao Acordo de Cooperação para 2012/2013.-----

Ponto 6. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO
. FESTA DE NATAL /2012
- Aquisição de Prendas

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: EDUCAÇÃO - ENSINO BÁSICO
. FESTA DE NATAL 2012
» Aquisição de Prendas

À semelhança dos anos anteriores, prevê-se a realização de uma **FESTA DE NATAL** organizada pela Autarquia para toda a comunidade escolar que frequenta o 1.º CEB, aproximadamente 600 alunos.

Tradicionalmente, tem sido oferecida uma **prenda simbólica** a todos os alunos que participam nesta Festa.

Assim, relativamente à **FESTA DE NATAL 2012**, propõe-se que, no âmbito da Festa de Natal, prevista nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento, aprovado para 2012, a Câmara Municipal autorize a aquisição das correspondentes prendas, apontando para um valor global de 1.200 € (≈ 2€ por prenda).

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
12.11.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

Ponto 7. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

. PROJECTOS ESCOLARES/OUTROS APOIOS

- Programa Eco-Escolas 2012/2013

. Agrupamento de Escolas Martinho Árias – Soure

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: EDUCAÇÃO/ENSINO BÁSICO

. PROJECTOS ESCOLARES/OUTROS APOIOS

- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARTINHO ÁRIAS - SOURE / PROGRAMA ECO-ESCOLAS

À semelhança dos anos anteriores, o Agrupamento de Escolas Martinho Árias - Soure integrou no Plano de Actividades da Escola 3/Secundária, a candidatura ao Programa ECO-ESCOLAS.

Este Programa pretende, essencialmente, **encorajar acções**, reconhecer e **premiar** o trabalho desenvolvido pelas Escolas na melhoria do seu desempenho ambiental; **sensibilizar** e **motivar** a comunidade escolar para a **mudança de atitudes** e **adopção de comportamentos** e **práticas ambientais** no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunidade envolvente.

A Candidatura pressupõe a assinatura de uma **Declaração do Município** em que reconhece a importância do desenvolvimento deste Programa no Concelho.

Esta Candidatura deverá ser obrigatoriamente entregue até **31 de Outubro de 2012**.

Neste quadro, considerando o interesse pedagógico deste Programa, propõe-se que, no âmbito do Apoio a Projectos Escolares, previsto nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento para 2012, na área da Educação, a Câmara Municipal autorize a assinatura da referida Declaração que pressupõe:

- O apoio, dentro das possibilidades do Município, a iniciativas que a Escola se propõe desenvolver, designadamente, através da participação no Conselho Eco-Escolas;
- O pagamento de 70€ - valor da inscrição da Escola no Programa, no ano lectivo 2012/2013 - para participação, designadamente, de custos relativos à produção e envio de materiais, apoio técnico - pedagógico, atribuição do Galardão Bandeira Verde.

A Vereadora*

(Ana Maria Treno, Dra.)

2012.10.31

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo Senhor
Presidente da Câmara, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, ratificar a subscrição da Declaração pela Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

**Ponto 8. CULTURA – BIBLIOTECA MUNICIPAL
. PROGRAMA INTEGRADO DE PROMOÇÃO DA LEITURA
- Natal /2012 – Espectáculo**

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: CULTURA

**BIBLIOTECA MUNICIPAL /PROGRAMA INTEGRADO DE PROMOÇÃO DA LEITURA
- Espectáculo de Natal 2012**

No âmbito do Programa referido em epígrafe e, à semelhança dos anos anteriores, a Equipa de Animação da Biblioteca Municipal vai dinamizar um **Espectáculo de Natal** destinado a todos os alunos da Educação Pré-Escolar e 1.º CEB do Concelho.

Esta Acção decorrerá no **Centro Paroquial de Soure**, nos dias **10, 11, 12 e 13 de Dezembro de 2012**.

Serão convidados a participar nesta actividade todos os Jardins de Infância, Escolas do 1.º CEB, bem como IPSS onde funciona a Educação Pré-Escolar.

Para uma melhor coordenação, todas as escolas deverão inscrever-se até ao dia 30 de Novembro.

Trata-se de uma iniciativa com bastante interesse, uma vez que mobiliza grande parte da população escolar do Concelho, criando-se, mais uma vez, um espaço de envolvimento cultural, lúdico e de convívio entre a Escola e a Autarquia, onde a fantasia e a magia das histórias têm sempre um lugar de destaque.

Dada a experiência extremamente enriquecedora ao nível da participação especial da APPACDM de Soure, este ano a Festa continuará a contar com a colaboração activa de utentes daquela Instituição, uma forma diferente de integração de pessoas com deficiência.

Assim, propõe-se que, no âmbito do Programa Integrado de Promoção da Leitura, previsto nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento, aprovado para 2012, a Câmara Municipal autorize a realização desta actividade, que pressupõe encargos ao nível do Transporte de Alunos, Professores e Auxiliares, Trabalho de Carpintaria, bem como uma despesa estimada em 300€, para aquisição de Material de Desgaste e Adereços de Decoração/Fatos.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)

12.11.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

Ponto 9. ACÇÃO SOCIAL

. HABITAÇÃO SOCIAL

- APOIO AO ARRENDAMENTO

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL

. HABITAÇÃO SOCIAL // APOIO AO ARRENDAMENTO

A Rede Social do Concelho de Soure, designadamente, através do Serviço Local de Segurança Social e do Gabinete de Acção Social Municipal, tem procedido ao acompanhamento directo e sistemático de um agregado familiar, residente no Casal do Barril - Freguesia de Soure.

Após análise da caracterização socio-económica desta família, constata-se uma forte vulnerabilidade, a qual poderá ser minimizada com a atribuição de um Apoio Económico ao Arrendamento da Habitação.

Neste quadro, estando a ser ultimada, pelo Gabinete de Acção Social, uma Proposta de Regulamento para atribuição de Apoio ao Arrendamento, propõe-se que, no âmbito da Habitação Social/Apoio ao Arrendamento, rubrica prevista nas Grandes Opções do Plano - PPI e AMR - e Orçamento para 2012, **a Câmara Municipal aprove, excepcionalmente, um apoio mensal de 82,50 €, correspondente a 50% do valor da renda (165€).**

A Vereadora*

(Ana Maria Treno, Dra.)

15.11.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 10. ACÇÃO SOCIAL

. CARTA DA EUROPA

- Junta de Freguesia de Samuel

. Agradecimento

O Senhor Presidente referiu que: “tratou-se de um bom programa... Pensamos que é motivo de orgulho para o Concelho de Soure e, naturalmente, para Portugal... A “Carta da Europa” é uma organização que tem uma Freguesia Rural de cada país da

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Europa... Foi fundada ainda no tempo da “antiga” Comunidade Económica Europeia... A verdade é que Samuel terá tido o “atrevimento saudável” de se ter colocado nisto... todos os anos se tem realizado um Encontro, rotativo pelos vinte e sete países da União Europeia... Em 2002, já havia decorrido um, em Samuel... O Encontro Anual voltou a realizar-se em Samuel, subordinado ao tema “Acção das Forças Económicas Locais na Evolução Demográfica das Áreas Rurais”... No fundo, ajudar a perceber quais os contributos das empresas rurais de natureza familiar, na melhoria da evolução demográfica... Assim, Soure foi a capital da “Carta da Europa”... estiveram cá três dias, não representantes dos vinte e sete países, mas de vinte e cinco países membros... O desenvolvimento do programa assentou, mais do que em aulas, na visita a duas boas Unidades Industriais, quer a Frutorra nas Degracias, quer uma Queijaria nas Cotas, Freguesia de Pombalinho...

No Encontro Anual realizado em 2002, a Candidatura não conseguiu colocar todas as despesas como elegíveis e a Câmara Municipal, na altura, aprovou um apoio no valor de 15.000,00 euros... Este ano, disponibilizámos um autocarro, nesses dias, para andar com as famílias de acolhimento e com os representantes dos estados membros... Tratámos, também, de conseguir que a Frutorra e a Queijaria das Cotas recebessem essas pessoas, porque, mais importante do que estarmos a discutir a economia local, foi visualizarmos boas empresas, percebermos quantas pessoas empregam... percebermos como é que no mundo rural já se trabalha com preocupação ambiental e de forma tecnologicamente evoluída... Considerou-se que valeria mais a aposta em exemplos concretos ilustrativos... Visitaram também uma empresa do Concelho vizinho da Figueira da Foz, na Freguesia do Alqueidão, de descasque de arroz...

Assim, a Câmara Municipal, desta vez, não aprovou qualquer apoio... mas, no dia em que foram visitadas as Unidades Industriais, houve como que uma recepção oficial no Restaurante “O Cruzeiro da Serra”, nas Degracias, com as Famílias de Acolhimento, os responsáveis das empresas que colaboraram nesta iniciativa, os Autarcas de Freguesia, quer de Degracias, quer de Samuel e os representantes de todos os países membros, oferecida/custeadada pela Câmara Municipal...

A Junta de Freguesia de Samuel foi a entidade organizadora do Encontro Anual da “Carta da Europa” e vem-nos agradecer todo o apoio prestado, o qual terá permitido a realização do evento com assinalável êxito.”

Foi tomado conhecimento.-----

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Ponto 11. ACÇÃO SOCIAL

- . RLCTM - Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais**
- . Centro Social das Malhadas - Centro de Dia e Apoio Domiciliário**
 - Proc. N.º 41/2008**
 - . Isenção do Pagamento de Taxa**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE

- Emissão do Alvará de Autorização de Utilização
- Centro Social das Malhadas

* Pedido de Emissão do Alvará de Autorização de Utilização para Centro de Dia e Apoio Domiciliário

* Isenção do Pagamento da Taxa

A entidade acima identificada é titular de um processo relativo a um pedido de licenciamento (Processo n.º 41/2008) para legalização de um edifício para Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

No âmbito deste processo requereu a emissão do alvará de autorização de utilização.

Foi efetuada vistoria no dia 2 de novembro de 2012 conjuntamente com as entidades, Segurança Social, Autoridade Nacional de Protecção Civil e Delegado de Saúde, tendo-se concluído que reúne as condições para o fim a que se destina.

Solicita também a isenção das respetivas taxas.

O valor da taxa a cobrar seria de 50 €.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, a requerente reúne os requisitos no artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento da taxa referente à emissão do alvará de autorização de utilização.

À Consideração Superior

Maria José Carvalho - Eng.ª Civil

Chefe de Divisão G.U.P.

13 de Novembro 2012

Despacho:

Deferido o Pedido de Isenção de Taxas
de acordo c/a informação técnica.

À Reunião de Câmara para conhecimento.

(Dr. Santos Mota - Vice-Presidente)

13.11.12

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo
Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009.

e

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

assunto: Licenciamento para Legalização de Edifício Social
processo: 41/2008
requerente: Centro Social das Malhadas
local: Malhadas - Pombalinho

Assunto: Taxas. Isenção

O Centro Social das Malhadas, vem, requerer a isenção do pagamento das taxas devidas, no âmbito do processo de licenciamento de obras n.º 41/2008, relativo à construção do Centro de dia e serviços de apoio domiciliário.

A requerente instruiu o seu pedido com documento comprovativo da titularidade do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, com publicação do respectivo n.º Despacho 63/2007, no Diário da República de 28/02/2008.

A isenção ou redução subjectiva de taxas municipais, encontra-se prevista no Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

Ali, o n.º 1 do artigo 25.º, dispõe que *“estão isentas do pagamento de taxas as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de mera utilidade pública, relativamente aos actos e factos se destinem à directa e imediata realização dos seus fins”*.

O n.º 10 do mesmo artigo, refere ainda que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução de taxas, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.


Analisando o pedido e os documentos anexos, a requerente comprovou tratar-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que tem como fim principal a promoção social, designadamente no apoio social e à velhice, pelo que se encontram reunidos os requisitos previstos no n.º 1 do referido artigo 25.º, no que respeita à natureza jurídica e à finalidade estatutária.

Verifica-se também que, a entidade requerente não tem dívidas vencidas para com o Município de Soure, cumprindo com o disposto no n.º 10 do mesmo artigo.

Em face do exposto somos de parecer que:

O requerente reúne os requisitos previstos no artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento das taxas municipais referentes ao processo em questão.

15 de Novembro de 2012
À consideração superior,



(Edgar J. Domingues, Dr.)

Foi tomado conhecimento.-----

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

**Ponto 12. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

- Ampliações de Rede de BT com IP Associada

12.1. São José do Pinheiro, Freg. de Soure

Foi tomado conhecimento.-----

12.2. Vila Nova de Anços

Foi tomado conhecimento.-----

12.3. Mira - Olhos, Freg. de Vinha da Rainha

Foi tomado conhecimento.-----

**Ponto 13. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 2.ª FASE**

. Empreitada de “Reabilitação da Zona Adjacente ao Polidesportivo da Palmeira”

**. Reparação de Anomalias
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO - URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONCEP./EXEC. PLANO PORMENOR BACELOS – 2ª FASE
REABILITAÇÃO DA ZONA ADJACENTE AO POLIDESPORTIVO DA PALMEIRA
REPARAÇÃO DE ANOMALIAS
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de Câmara de 14.09.2012, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das empresas consultadas apenas duas apresentaram proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
SALTA REGRA, LDª	93.500,00 €	30 DIAS
GADANHA PAVIMENTOS, LDª	93.900,00 €	30 DIAS

Tendo em conta que a empresa que apresenta o preço mais baixo respondeu ao solicitado, sendo esse valor inferior ao preço base, (94.000,00 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa Salta Regra, Lda.

É obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o mesmo não se encontra dispensado da redução a escrito – vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Novembro de 2012

Foi efectuada a audiência prévia dos concorrentes, nos termos do n.º 1 do art.º 123.º do CCP, sem que tenha sido apresentada qualquer observação por parte dos concorrentes.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **SALTA REGRA, LDª**;
2. **Aprovação da minuta** do contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 98.º do CCP;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **93.500,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
12.11.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação à empresa que apresentou a proposta mais favorável, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 14. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO . Construção de Passeios em Brunhós - Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS EM BRUNHÓS
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 11.10.2012 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Gadanha Pavimentos, Ldª	45.086,00 €	30 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (45.588,50 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Gadanha Pavimentos, Ldª**.

É obrigatória a redução do contrato a escrito, uma vez que a mesma não se encontra dispensada – vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Novembro de 2012

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa** da **audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Gadanha Pavimentos, Lda**;
3. **Aprovação** da **minuta** do contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 98.º do CCP;
4. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **45.086,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
31.10.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 15. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – HIGIENE PÚBLICA . AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO - Canil/Gatil 15.1. Escolha de Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – HIGIENE PÚBLICA
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO
*** CANIL/GATIL**
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista ao fornecimento em epígrafe, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo, pelo regime simplificado**, uma vez que o preço base é de 2.000,00 euros, inferior ao limite máximo de 5.000,00 euros estabelecido para o recurso a esta figura, cf. artigo 128.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que dispensa quaisquer formalidades previstas no referido Código.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente

21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Novembro de 2012

deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 03.02.11.02.99.

2. CONSULTAR A SEGUINTE ENTIDADE

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, à seguinte empresa:

- Saidacasca, Unipessoal, Lda.

3. JÚRI

Uma vez que será apenas convidada uma empresa a apresentar proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art. 67º do CCP.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
19/10/2012

DESPACHO:
De acordo.
À Reunião de Câmara, para ratificação.
O Vice-Presidente *,
(Santos Mota, Dr.)
22.10.2012

* Competências delegadas e subdelegadas pelo
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

e

Assunto: **CANIL/GATIL**

Relativamente ao assunto em epígrafe, é solicitada informação para enquadramento da proposta de aquisição de celas modulares para abrigo de canídeos e gatídeos.

Relativamente á proposta e tendo em consideração o teor da informação, somos a informar o seguinte:

Tratando-se da aquisição de um bem móvel, cujo valor estimativo aponta ser inferior a €5000,00, poderá recorrer-se ao procedimento do ajuste directo em regime simplificado, previsto e regulado no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Dec.-Lei n.º 18/2008.

Assim, desde que seja pretensão do Município adquirir os equipamentos referidos, deverá, para o efeito, o processo ser remetido para a Secção de Aprovisionamento, que dará início aos habituais e frequentes trâmites procedimentais, com vista à aquisição dos bens.

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
03.10.2012

Despacho:
Sugiro a aquisição do equipamento
proposto na informação da Sr.ª Eng.ª Cristina Madeira,

21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Novembro de 2012

após obtenção da informação contabilística.
À consideração superior.
(Mário Monteiro, Eng.º - Chefe Div. O.P.M.)
04.10.2012

Despacho:

Ao
DAGFRA
Ao c/Dr. Ivo Costa para informação.
O Vice-Presidente*
(Santos Mota, Dr.)
18.10.2012

* Competências delegadas e subdelegadas pelo
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009

e

Assunto: "Canil/Gatil"

Aquando da elaboração do plano de desenvolvimento Subregional do Baixo Mondego, o Município de Soure, bem como os outros 9, apresentou então o seu de quadro de prioridades.

Nele, entre outros investimentos, foi também indicado um num Canil Gatil.

Este investimento, em concreto, não veio a ser considerado prioritário no plano Subregional.

Assim sendo, importará a nível Municipal procurar encontrar uma solução que, de acordo com a ambiência legal aplicável, dê resposta a esta problemática.

Neste sentido, sugere-se a seguinte aquisição/instalação de celas modulares:

- Um abrigo de dois compartimentos e duas portas com as dimensões(frente, largura, altura) 400x180x210 cm , para cães; com um custo aproximado de 1000,00€;
- Um abrigo com as dimensões(frente, largura, altura) 180x180x210 cm, para animais suspeitos de raiva (de acordo com documento homologado pela Direção Geral de Veterinária, com a seguinte transcrição "podem aceitar-se celas de conformação diferente da semicircular, desde que cumpram com todas as exigências antes indicadas e funções a que se destinam", com um custo aproximado de 600,00€;
- Um abrigo para gatos, com a dimensão mínima de 100x100x100 cm.

Observe-se que a capacidade dos abrigos para cães, é a seguinte:

- _ 1º Abrigo – 2 cães de raça grande;
- _ 2.º abrigo – 1 cão infetado com raiva.

A instalação destes abrigos deverá ser feita, tanto quanto possível, um lugar afastado das zonas habitacionais e das vias de comunicação com algum tráfego.

Concretamente, parece-nos que a zona próxima da ETAR de Soure deveria ser uma localização a considerar.

Com estes equipamentos será possível dar resposta à recolha de animais vadios e errantes prevista na lei, por um período transitório, designadamente, para eventual reclamação por parte do dono ou aparecimento de proposta para adoção.

Nos casos em que não se verifique nenhuma das circunstâncias referidas no parágrafo anterior, haverá que assegurar o recurso ao abate, de acordo com uma das seguintes opções:

- i) Médica Veterinária Municipal;
- ii) Acordo com clínica veterinária, se houver objeção de consciência por parte da Médica Veterinária Municipal;
- iii) Recorrer a um Município vizinho com um espaço legalmente aprovado.

À Consideração Superior

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

(Cristina Madeira, Eng.ª)
2012.09.10

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Vice-Presidente, Santos Mota.-----

15.2. Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – HIGIENE PÚBLICA
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO
*** CANIL/GATIL**
- ADJUDICAÇÃO

Por despacho, de 22.10.2012, do Sr. Vice-Presidente Dr. Santos Mota, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do fornecimento acima mencionado.

A entidade convidada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR
Saidacasca, Unipessoal, Lda.	1.767,01 euros

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e o preço da proposta é inferior ao preço base definido (2.000,00€), sugerimos a adjudicação do presente fornecimento à empresa “Saidacasca, Unipessoal, Lda.”.

Uma vez que se trata de um ajuste directo no regime simplificado, não é obrigatória a celebração de contrato escrito - cf. artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 103º do Código de Procedimento Administrativo, sugere-se a dispensa de audiência prévia uma vez que a adjudicação é favorável ao interessado.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A dispensa de audiência prévia;
2. A adjudicação do presente fornecimento à empresa “Saidacasca, Unipessoal, Lda.”;
3. Autorização para a realização da despesa no valor de 1.767,01 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
30.10.2012

DESPACHO:
Adjudique-se.

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

À Reunião de Câmara, para ratificação.

O Vice-Presidente *,
(Santos Mota, Dr.)

31.10.2012

* Competências delegadas e subdelegadas pelo
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009


Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Vice-Presidente, Santos Mota.-----

Ponto 16. PROTECÇÃO CIVIL

**. APOIO AO INVESTIMENTO
- 2012**

Foi presente a seguinte proposta:

**PROTECÇÃO CIVIL
APOIO AO INVESTIMENTO // 2012
Proposta**

Entidade	Investimento	Transferência de Capital
	Auto Escada (Reparação)	7.000,00 €
	Nova Ambulância (Aquisição)	30.000,00 €
	Três Viaturas Usadas para Transporte de Doentes (Aquisição)	6.500,00 €
		. 36.500,00 €

O Vereador*

(Américo Ferreira Nogueira)

2012.11.20

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

O Senhor Vereador Américo Nogueira referiu que: “nos últimos doze/treze anos, a Câmara Municipal de Soure, em mais de uma dezena de apoios ao investimento, aprovou quase 640.000,00 euros... Desses quase 640.000,00 euros, está em curso o pagamento do último apoio aprovado no valor de 95.000,00 euros para a aquisição

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

de uma viatura dirigida ao combate a incêndios urbanos... Desses 95.000,00 euros estão pagos 74.000,00 euros, faltam pagar 21.000,00 euros... Nos últimos anos, os Bombeiros Voluntários apresentaram mais pedidos de apoio ao investimento... como a urgência de os aprovarmos era relativa, uma vez que estava em curso o pagamento do último apoio aprovado de 95.000,00 euros, ficaram em espera...

Agora que esse apoio se aproxima do final, faz sentido que os aprovemos, daí esta proposta... Tratam-se de três pedidos: um de 2009, que tem a ver com a reparação de uma auto-escada, um equipamento absolutamente necessário, um investimento que, na altura, custou sensivelmente 17.500,00 euros mais IVA, que teve um apoio do Governo Civil de então de 3.500,00 euros, sendo que dos 14.000,00 euros em falta, 50% “deverão” ser suportados pela Câmara Municipal, ou seja, 7.000,00 euros... Em 2010, houve outro pedido que foi a aquisição de uma nova ambulância, um investimento de 60.000,00 euros, que não teve nenhum apoio institucional e por isso propomos um apoio de 30.000,00 euros... Por fim, agora recentemente, adquiriram três viaturas usadas para transporte de doentes por 18.500,00 euros... Houve Juntas de Freguesia que colaboraram e, no conjunto, ofereceram 6.500,00 euros... Aqui propomos um apoio no valor de 6.500,00 euros...

Esta proposta vai no sentido de que se aprovem estes três apoios ao investimento no valor global de 43.500,00 euros, sendo que cada um deles tem a explicação que acabei de adiantar... Evidentemente que, a regularização será feita no tempo... se os últimos 95.000,00 euros estão a ser pagos desde 2008, é evidente que estes 43.500,00 euros, com os 21.000,00 euros que faltam pagar, deverão demorar 2 a 4 anos a serem pagos, a manter-se o actual ritmo...

Convirá não perder de vista que a Câmara Municipal transfere anualmente para os Bombeiros Voluntários 75.000,00 euros (6.250,00 euros/mês) para apoio ao funcionamento; suporta 50% do funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente, cerca de 3.000,00/4.000,00 euros/mês, os outros 50% são suportados pela Autoridade Nacional de Protecção Civil; dispensa, em permanência, dois funcionários camarários, um custo de sensivelmente 30.000,00 euros/ano; suporta ainda o seguro de acidentes pessoais/ano para todos os elementos da corporação, um custo de quase 8.000,00 euros/ano... É evidente que ainda assim, se “tivéssemos” Bombeiros Municipais, seria, em princípio, mais caro... convirá não esquecer que a Protecção Civil é uma atribuição legal da Câmara Municipal!!!!...”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta do Senhor Vereador, Américo Nogueira.-----

O Senhor Presidente ausentou-se não tendo participado na Votação.-----

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Ponto 17. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS
- . Estação Elevatória Intermédia entre os Reservatórios de Carvalhal - Tapeus e das Degracias
- Libertação Parcial de Caução - Homologação de Auto de Vistoria

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA

CONSTRUÇÃO / REPARAÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS

ESTAÇÃO ELEVATÓRIA INTERMÉDIA ENTRE OS RESERVATÓRIOS DE CARVALHAL – TAPEUS E DAS DEGRACIAS

LIBERTAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **30.01.2009**, à empresa **Manuel Vieira Bacalhau, Lda**, pelo valor de **134.928,89 €**, acrescido de IVA.

O auto de receção provisória foi homologado em reunião de Câmara por deliberação de 29.09.2010.

De acordo com o auto em anexo, estão reunidas as condições necessárias à autorização da libertação solicitada.

Assim, propõe-se:

- a) A homologação do auto de vistoria em anexo;
- b) A libertação de 60 % do valor das cauções da obra

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Engº.)
05.11.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação da presente Auto de Vistoria, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 18. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, DAS ÁGUAS RESIDUAIS E LAMAS DAS ETAR // 2013
- . Sistemas Público e Privado
- Escolha do Procedimento Prévio

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- **CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, DAS ÁGUAS RESIDUAIS E LAMAS DAS ETAR // ANO DE 2013**
- **SISTEMA PÚBLICO E PRIVADO**
 - **ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de 18.950,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto para o presente serviço está contemplado na proposta de orçamento para o próximo ano de 2013.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes entidades:

- LPQ Sul - Laboratório Pró-Qualidade, Lda.;
- Luságua - Gestão de Águas, S.A.;
- Laboratório Tomaz - Análises Clínicas, Lda.;
- CESAB - Centro de Serviços do Ambiente;
- Globalab - Ensaios Químicos e Microbiológicos.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o nº1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Santos Mota, Dr. (Presidente do Júri);
- Mário Monteiro, Eng.;
- Cristina Madeira, Eng.;
- Ivo Costa, Dr. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
09/11/2012

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

DESPACHO:

À Reunião de Câmara.

O Vice-Presidente *,

(Santos Mota, Dr.)

12.11.2012

** Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo.
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despachos
de 03.11.2009 e de 06.11.2009*

e

ASSUNTO: “Águas”

**Controlo de Qualidade das Águas de Consumo Humano das Águas Residuais e Lamas das ETAR_ Ano 2013
Sistema Público e Privado**

À semelhança de anos anteriores, há necessidade de proceder ao controlo de qualidade das águas de consumo humano e das águas residuais do concelho, uma vez que esta é da inteira responsabilidade da Entidade Gestora.

Assim, para assegurar a saúde pública e dar cumprimento à legislação em vigor deverão realizar-se as seguintes análises:

- Aos grupos de parâmetros de Rotina e de Inspeção, respectivamente CR1, CR2 e CI, de acordo com o Decreto-lei 306/2007 de 27 de Agosto;

- Às lamas das ETAR, de acordo com o Decreto-lei 118/2006 de 21 de Junho;

- Às águas residuais de acordo com o Decreto-lei 152/97 de 19 de Junho e Decreto-lei 236/98 de 1 Agosto.

O período de realização destas análises será de Janeiro a Dezembro de 2013 e importará num total aproximado de **18.400,00€** para o Sistema público e de **350,00 €** para o Sistema cooperativo do Cercal. A estes valores naturalmente acresce o valor de IVA.

Sugere-se que se consulte os seguintes laboratórios:

LPQ Sul – Laboratório Pró-Qualidade, Lda;

LUSAGUA – Gestão de Águas, SA;

Laboratório Tomaz – Análises Clínicas, Lda;

CESAB – Centro de Serviços do Ambiente;

Globalab- Ensaios Químicos e Microbiológicos.

À Consideração Superior,

(Cristina Madeira, Eng.ª)

2012.10.30

Despacho:

Concordo.

À consideração superior.

(Mário Monteiro, Eng.º - Chefe Divisão O.P.M.)

05.11.2012

Despacho:

Ao

DAGFRH

Dr. Ivo Costa

O Vice-Presidente*

(Santos Mota, Dr.)

07.11.2012

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo.
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despachos
de 03.11.2009 e de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 19. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
 - Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2013 - Abastecimento em Alta
- . Aprovado

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 20. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
 - Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2013 - Abastecimento em Baixa
- . Aprovado

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 21. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA

- . ARSC - Administração Regional de Saúde do Centro
 - Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano e das Águas Residuais
- . Parecer Favorável

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 22. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA

- . RLCTM - Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais
 - Proc. N.º 43/2010
- . Isenção do Pagamento de Taxa

Foram presentes as seguintes informações:

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Assunto: RLCTM – REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE

- Comunicação prévia das obras para instalação de indústria destinada ao fabrico de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico.
- I.H.T., Lda
 - * Isenção do pagamento da taxa

A firma I.H.T., Lda é titular de um processo relativo a uma comunicação prévia de obras (Processo n.º 43/2010) para legalização de um edifício industrial destinado ao fabrico de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico, nos lotes 8 e 15 da Zona Industrial de Soure.

No âmbito deste processo, e nos termos do n.º 2 do artigo 36-A do DL555/99 com a redação do DL 26/2010, o interessado pode dar início às obras, efetuando previamente o pagamento das taxas através de autoliquidação.

Solicita a isenção do pagamento das respectivas taxas.

O valor da taxa a autoliquidar seria de 260€.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, a requerente reúne os requisitos no artigo 25º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que pode ser isenta do pagamento da taxa referente à comunicação prévia das obras para instalação de indústria.

À Consideração Superior
Maria José Carvalhão - Engª Civil
Chefe de Divisão G.U.P.
15 de novembro de 2012

Despacho:
Deferido o Pedido de Isenção de Taxas
de Acordo com a Informação Técnica.
À Reunião de Câmara para Conhecimento.
O Vice-Presidente*
(Dr. Santos Mota)
15.11.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo
Exmº. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Despachos de 03.11.2009 e de 06.11.2009.

c

assunto: Comunicação Prévia para Legalização de Indústria
processo: 43/2010
requerente: IHT Lda.
local: Rua “F” - Zona Industrial - lote 15 e 8 - Soure

Assunto: Isenção de Taxas

Relativamente à questão colocada sob análise jurídica somos a informar o seguinte:

21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Novembro de 2012

Através do requerimento referido em epígrafe, vem, a requerente IHT, Lda, solicitar a isenção de taxas devidas pela admissão de comunicação prévia de obras de construção.

As obras realizam-se nos lotes 8 e 15 da Zona Industrial de Soure (ZIS) e destinam-se à actividade da requerente.

A isenção ou redução subjectiva de taxas municipais, encontra-se prevista no Capítulo III do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

O n.º 2 do artigo 25.º, dispõe que “todos os pedidos relativos a operações urbanísticas estão isentos do pagamento de taxas quando digam respeito a edificações localizadas dentro das Zonas de Actividade Económica.”

O n.º 10 do mesmo artigo, refere ainda que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução de taxas, carece de formalização de pedido que deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

Analisando o pedido verifica-se que a operação urbanística se insere em Zona de Actividade Económica do concelho de Soure, pelo que se encontra reunido o requisito previsto no n.º 2 do referido artigo 25.º, no que respeita à localização da operação urbanística.

Em face do exposto somos de parecer que:

O requerente reúne o requisito previsto no n.º 2 do artigo 25.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, pelo que está isento do pagamento das taxas municipais referentes ao processo em questão.

12 de Novembro de 2012

À consideração superior,



(Edgar J. Domingues, Dr.)

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 23. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. BENEFICIAÇÃO DA EM 622, PEDRÓGÃO DO PRANTO/LIMITE DO CONCELHO COM A FIGUEIRA DA FOZ

- Aquisição de Terrenos

. Correção

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: *Beneficiação da EM 622, Pedrógão do Pranto/Limite do Concelho (com a Figueira da Foz)*

- Indemnização por ocupação de terreno

- Sr. Marcílio Marques dos Santos – Correção.

No âmbito da empreitada em assunto, com vista à implantação de uma rotunda na via em causa, foi, em reunião do executivo do dia 14.10.2010, aprovada uma grelha de indemnizações correspondentes às parcelas de terreno previstas ocupar.

Essa grelha foi a seguinte:

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

Parcela	Proprietário			Ocupações/Benfeitorias	
	Nome	Morada	Telefone	Terreno	
				A ceder	Valor (€)
1	Marcílio Marques dos Santos	Pedrógão do Pranto	964626125	526	1.578,00 €
2	José Manuel da Silva	Vinha da Rainha	965125783	202	606,00 €
3	António da Graça Cravo Mendes Duarte	Luxemburgo	00352621275077 00352661782874	138	414,00 €
4	Henrique Páscoa Areia	Carrascal/Coimbra	239083928	66	198,00 €

TOTAL 2.796,00 €

Na sequência de ajustes realizados em obra, de forma a melhorar as condições de segurança no local, verifica-se que a área realmente ocupada na parcela 1, pertença do Sr. Marcílio Marques dos Santos, é de 714 m² e não 526 m² como inicialmente se previa.

Nestas condições trona-se necessário aprovar a indemnização correspondente ao acréscimo de 188 m², relativamente ao valor já aprovado em 14.10.2010.

Assim, propõe-se a aprovação de uma correção à indemnização anteriormente aprovada, no valor de 188 m² x 3,00 €/m² = 564,00€, a atribuir ao munícipe em causa.

A ser aprovada a correção agora proposta o valor global de custos com os terrenos necessário ocupar com a obra atingirá os 3.360,00€.

À consideração superior.

O Chefe de Divisão de O.P.M.

(Mário Monteiro, Eng.º)

2012-11-09

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a correcção à indemnização, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*_____

Ponto 24. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

. ALCATROAMENTOS

. ESTRADA COTAS / POMBALINHO

- Libertação Parcial de Caução – Homologação de Auto de Vistoria

Foi presente a seguinte informação:

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
ALCATROAMENTOS
ESTRADA COTAS / POMBALINHO
LIBERTAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **24.07.2008**, à empresa **Construções Júlio Lopes, S.A.**, pelo valor de **70.900,00 €**, acrescido de IVA.

O auto de receção provisória foi homologado em reunião de Câmara por deliberação de 30.01.2009.

De acordo com o auto em anexo, estão reunidas as condições necessárias à autorização da libertação solicitada.

Assim, propõe-se:

- a) A homologação do auto de vistoria em anexo;
- b) A libertação de 75 % do valor das cauções da obra.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
05.11.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Vistoria, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 25. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
. OUTROS ALCATROAMENTOS
. Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure
. Ligação entre o CM 1119 e os Guerres
- Escolha do Procedimento Prévio

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: Comunicações e Transportes – Rede Viária e Sinalização
Outros Alcatroamentos
Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure
Ligação entre o CM 1119 e os Guerres
Escolha do Procedimento Prévio

Com vista à realização da empreitada acima identificada, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. Escolha do Procedimento Prévio

Sugere-se a adopção da modalidade de ajuste directo, uma vez que o preço base é de 102.115,85 euros, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo – cf. Alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito da competência quer do Presidente da Câmara Municipal, quer da Câmara Municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639, 36 euros – cf. Alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho -.

21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Novembro de 2012

O encargo previsto para a presente empreitada tem, em parte, dotação no orçamento para o presente ano de 2012 pela rubrica 03.04.07.03.03.01 e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de 09.0012012/168 9.

2. Processo

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. Júri

- 1. Presidente:** João Eduardo Dias Madeira Gouveia, Dr.;
- 2. Vogal:** Santos Mota, Vice-Presidente (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
- 3. Vogal:** Mário Monteiro, Eng.º;
- 4. Suplentes:** Rui Fernandes, Arq.
- 5. Suplente:** Fernando Cavacas, Dr.

4. Consultar a(s) Seguinte(s) Entidade(s)

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do artigo 114.º do Código dos Contratos Públicos, às seguintes entidades:

- Cidadepontual, S.A.;
- SOCITOP - Unipessoal, Lda
- Sociedade de Construções Elimur, Lda;

À consideração superior,
O chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
13.11.2012

e

Assunto: Comunicações e Transportes – Rede Viária e Sinalização
Outros Alcatroamentos
- Arruamentos e Ligações na Freguesia de Soure
- Ligação entre o CM 1119 e os Guerres

Por indicação superior, com vista ao alcatroamento da ligação em assunto, procedeu-se ao levantamento do seu estado geral.

De acordo com o levantamento efetuado, é, em nosso entender, necessário proceder a diversos trabalhos com vista a garantir as normais condições de utilização da via em causa, tanto em termos de segurança como de conforto.

Os trabalhos centram-se, em termos genéricos, nas seguintes áreas:

- Saneamento de pavimentos, com reforço da capacidade resistente da sua sub-base;
- Aplicação de camada de base em material granular britado;
- Execução de passagens hidráulicas;
- Reperfilamento de valetas;
- Aplicação de camada superior, final, em material betuminoso (binder);
- Execução de bermas em material granular britado;

O valor para os trabalhos em causa, de acordo com a estimativa que se junta, totaliza **102.115,85 €**.

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

Sugere-se a sua execução por empreitada, com recurso ao ajuste directo e consulta às seguintes entidades:

- Cidadepontual, S.A.;
- SOCITOP - Unipessoal, Lda.;
- Sociedade de Construções Elimur, Lda.

À consideração superior,
(Mauro Alegre, Eng.º. Civil)
2012-11-13

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 26. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
 . ALCATROAMENTOS NOVOS
 . ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE POMBALINHO
 . Estrada de Ligação da E.N. 348 a Malhadas/Limite do Concelho
 - Libertação Parcial de Caução – Homologação de Auto de Vistoria

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO
 ALCATROAMENTOS NOVOS
 ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE POMBALINHO
 ESTRADA DE LIGAÇÃO DA E.N. 348 A MALHADAS / LIMITE DO CONCELHO
 LIBERTAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **24.07.2008**, à empresa **Construções Júlio Lopes, S.A.**, pelo valor de **82.300,00 €**, acrescido de IVA.

O auto de receção provisória foi homologado em reunião de Câmara por deliberação de 30.01.2009.

De acordo com o auto em anexo, estão reunidas as condições necessárias à autorização da libertação solicitada.

Assim, propõe-se:

- a) A homologação do auto de vistoria em anexo;
- b) A libertação de 75 % do valor das cauções da obra.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
05.11.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Vistoria, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

Ponto 27. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

- . **OUTRAS RECARGAS**
- . **ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE SAMUEL**
- . **EM 620 entre Carvalho de Azoia e a Igreja de Samuel**
 - **Libertação Parcial de Caução – Homologação de Auto de Vistoria**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO

OUTRAS RECARGAS

ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE SAMUEL

EM 620 ENTRE CARVALHAL DE AZOIA E A IGREJA DE SAMUEL

LIBERTAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de **29.05.2008**, à empresa **Construções Júlio Lopes, S.A.**, pelo valor de **51.900,00 €**, acrescido de IVA.

O auto de recepção provisória foi homologado em reunião de Câmara por deliberação de 30.01.2009.

De acordo com o auto em anexo, estão reunidas as condições necessárias à autorização da libertação solicitada.

Assim, propõe-se:

- a) A homologação do auto de vistoria em anexo;
- b) A libertação de 75 % do valor das cauções da obra.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Engº.)
05.11.2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Homologação do presente Auto de Vistoria, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 28. RECURSOS HUMANOS

- . **Natal // 2012**
 - **Festa para os Filhos dos Trabalhadores**














Foi presente a seguinte proposta:

ASSUNTO: NATAL /2012

- Festa para os Filhos dos Trabalhadores

À semelhança dos anos anteriores a Comissão supra referenciada vem solicitar à Câmara Municipal que aprove:

- A aquisição de prendas simbólicas para os ≈ 140 filhos dos trabalhadores desta Autarquia com idade ≤ 12 anos, num valor global de ≈ 700 € (≈ 5 € prenda).
- A realização de um pequeno lanche convívio de Natal, apontando para um valor global de ≈ 200 €.

Mais se informa, que a **Festa de Natal** deverá ser realizada no próximo dia              , no Salão dos Bombeiros Voluntários de Soure.

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

Com os melhores cumprimentos,

A Comissão de Organizadora
Adriana Antunes
Catarina Filipe
Carla Madeira
2012.11.15

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de apoio que tem vindo tradicionalmente a ser aprovada, em conformidade com o solicitado pela Comissão de Trabalhadores.-----

Ponto 29. RECURSOS HUMANOS
. CPCJ de Soure
- Protocolo de Cooperação

Foi presente a seguinte proposta:

Proposta

ASSUNTO: RECURSOS HUMANOS



Protocolo de Cooperação

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Soure (CPCJ) propôs à Câmara Municipal a celebração de mais um PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO que visa proporcionar a **um jovem em situação de risco de abandono escolar**, mas abrangido pela escolaridade obrigatória, uma resposta educativa adequada às suas características e necessidades. Esta resposta passa, entre outras acções, pela integração do jovem em actividades desenvolvidas em contexto real de trabalho.

Este aluno já cumpriu um *Programa Alternativo de Educação e Socialização (PAES)*, no Ano Lectivo anterior. Para o **Ano Lectivo 2012/2013**, a CPCJ elaborou um Programa específico no qual estão envolvidas as seguintes Instituições: CPCJ, Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure, Município de Soure e Família do jovem. De acordo com este Programa, **o aluno realiza actividades em contexto real de trabalho, como complemento ao seu percurso escolar, nas Oficinas do Município.**

Neste quadro, propõe-se que a Câmara Municipal autorize a subscrição do Protocolo de Cooperação em anexo, com a CPCJ, o qual não constitui para a Autarquia qualquer tipo de encargo.

A Vereadora
(Ana Maria Treno, Dra.)
20.11.2012

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição do Protocolo de Cooperação.-----

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

Ponto 30. APOIO AOS MEMBROS DA CÂMARA
. Secretária do Vereador
- Nomeação

Foi presente a seguinte proposta:

ASSUNTO: 

. Considerando:

- * ser imprescindível no âmbito da acção autárquica e do bom desempenho do mandato autárquico, assegurar rapidez e eficácia no cumprimento das determinações;
- * que o Sr. Aurélio da Mota Leite cessou funções como meu secretário em Dezembro de 2011, por motivo de doença, e que por ter desempenhado a função com elevado sentido de responsabilidade, competência e eficácia, se aguardou até ao presente que viesse a readquirir condições físicas para reassumir o cargo, o que não sucedeu, não sendo previsível que venha a recuperar as boas condições físicas para tanto;
- * que é urgente a nomeação de um secretário pessoal, atendendo ao volume de actividade autárquica a desenvolver, designadamente no pólo urbano da Granja do Ulmeiro, cujas freguesias adjacentes, Alfarelos, Figueiró do Campo e Granja do Ulmeiro, não têm autarcas em regime de permanência;
- * que a nomeação deverá incidir em pessoa habilitada, competente e conhecedora da região e dos seus habitantes, conjugando tarefas de variada índole.

Proponho:

A nomeação da Assistente Técnica do Mapa de Pessoal da Câmara de Soure, Márcia Sofia Marques da Silva Galvão, para o lugar de minha secretária,

Por dispor de capacidades pessoais e habilitações profissionais adequadas ao cargo, por ter tido residência permanente e prolongada na freguesia de Alfarelos, área abrangida pelo pólo urbano de Granja do Ulmeiro, e por ser experiente no âmbito da acção autárquica, experiência e conhecimentos que adquiriu no apoio prestado após a saída do anterior secretário nomeado.

Sugere-se, ainda que esta nomeação produza efeitos a partir de 01.11.2012.

Paços do Município de Soure, 25 de Outubro de 2012

O Vereador*

Américo Ferreira Nogueira

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

Despacho:

- Ao
D.A.G.F.R.H.
- Rec. Humanos -
Autorizo
Instrua-se Processo
em conformidade.
- À Reunião de Câmara
(João Gouveia, Dr. - Presid. Câmara)
(2012-10-31)

e

Assunto: • Nomeação de Secretário de Vereador

**(Art.73.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na nova redacção que lhe é dada pela
Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro)**

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, e na sequência do determinado superiormente, fizemos o enquadramento jurídico da situação em apreço e elaborámos a informação que passamos a apresentar:

O dispositivo legal que trata esta matéria é o art.º 73.º e 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 5-A /2002, de 11 de Janeiro.

O art. 73.º tem como epígrafe "Apoio aos membros da câmara", e dispõe:

*"1 - Os presidentes das câmaras municipais podem constituir um gabinete de apoio pessoal, com a seguinte composição:
(...)*

c) Nos restantes municípios, um chefe de gabinete, um adjunto e um secretário.

*2 - Os vereadores em regime de tempo inteiro podem igualmente constituir um gabinete de apoio pessoal, com a seguinte composição:
(...)*

b) Nos restantes municípios, um secretário.

Segundo o art. 74 - "Estatuto dos membros dos gabinetes de apoio pessoal":
(...)

"2 - A remuneração dos adjuntos e dos secretários corresponde a 80% e 60%, respectivamente, do que legalmente cabe aos vereadores em regime de tempo inteiro da câmara municipal em causa, com direito aos abonos genericamente atribuídos para a função pública.

3 - Os membros dos gabinetes de apoio pessoal são nomeados e exonerados pelo presidente da câmara municipal, sob proposta dos vereadores no caso do n.º 2 do artigo anterior, e o exercício das suas funções cessa igualmente com a cessação do mandato do presidente ou dos vereadores que apoiem.

4 - O pessoal referido, que for funcionário da administração central ou local, é provido em regime de comissão de serviço, com a faculdade de optar pelas remunerações correspondentes aos lugares de origem.

Face ao enquadramento legal exposto, concluímos que, actualmente:

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

→ No Município de Soure cada Vereador em regime a tempo inteiro, pode constituir um gabinete de apoio pessoal composto por um Secretário;

→ A proposta de nomeação apresentada pelo Sr. Vereador, Américo Nogueira está de acordo com o regime legal vigente.

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,
Paços do Município de Soure, 29 de Outubro de 2012
A Técnica Superior,
(Susana Ramos, Dra.)

Despacho:
Tomei conhecimento.
Ao Gabinete Jurídico p/juntar ao processo
2012.10.31
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)

Foi tomado conhecimento.-----

**Ponto 31.PAEL - PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL
(PROGRAMA II)**

31.1. Projecto de Decisão sobre Pedido de Adesão

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: PROJECTO DE DECISÃO SOBRE PEDIDO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL
(PAEL)
- INFORMAÇÃO**

Conforme determinado superiormente, após análise do Projecto de Decisão em epígrafe, informamos que a diferença, entre o Financiamento solicitado (2.279.740,79€) e o Financiamento a conceder (1.896.621,81€), tem a ver com os pagamentos que foram efectuados entre 31/03/2012 e o momento do envio da Candidatura ao PAEL, em 18/09/2012.

Releve-se que o financiamento a conceder deverá ser pago num período de 14 anos, sem carência, em prestações semestrais iguais e consecutivas, sendo previsível uma taxa de juro, para o presente empréstimo, de 2,775%.

Assim, afigura-se-nos que a Câmara Municipal de Soure deverá aceitar o presente Projecto de Decisão sobre o PAEL.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
08/11/2012

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

Despacho:

. Ao DAGFRH

→ Ao c/Ivo Costa, Dr.

Informe-se a Secretaria de Estado da Administração
Local e Reforma Administrativa, em conformidade.

. À Reunião de Câmara

(João Gouveia, Dr. – Presidente de Câmara)

2012.11.08

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho, do Senhor Presidente de Câmara, de
Concordância com o Projecto de Decisão sobre o Pedido de Adesão.*-----

31.2. Decisão Final sobre Pedido de Adesão

Foi tomado conhecimento.-----

**31.3. Empréstimo a Médio//Longo Prazo
- Contrato**

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

- MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

*** INFORMAÇÃO**

Conforme determinado superiormente, informamos que a minuta do contrato em epígrafe se encontra em conformidade com as condições contratuais enviadas, em 07/11/2012, juntamente com o Projecto de Decisão sobre Pedido de Adesão ao PAEL, e com a correcção às mesmas, comunicada em 08/11/2012.

Esta minuta vem, igualmente, ao encontro da Informação Técnica que serviu de suporte ao Pedido de Adesão, aprovado em Reunião de Câmara e Sessão de Assembleia, ambas realizadas em 27/09/2012.

Observe-se que a diferença, entre o Financiamento solicitado (2.279.740,79€) e o Financiamento a conceder (1.896.621,81€), tem a ver com os pagamentos que foram efectuados entre 31/03/2012 e o momento do envio da Candidatura ao PAEL, em 18/09/2012, conforme já explicado em informação de 08/11/2012.

Assim, afigura-se-nos que a presente minuta do contrato de Empréstimo do PAEL deverá ser aceite.

À consideração superior,

O Técnico Superior,

(Ivo Costa, Dr.)

16/11/2012

e

21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Novembro de 2012

**Assunto: PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – PAEL
- CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO / LONGO PRAZO
. APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS (MINUTA)**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos que:

Através da Lei nº 43/2012, de 28 de Agosto, foi criado o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), com o objectivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de Março de 2012.

A Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 27 de Setembro de 2012, submeter à Assembleia Municipal as seguintes propostas:

- a) Adesão ao Programa de Apoio à Economia Local - PAEL (Programa II);
- b) Contratação de um empréstimo de médio / longo prazo até ao valor de 2.279.740,79 euros, limite máximo calculado nos termos do nº 2 do artº 3º da Lei nº 43/2012, de 28 de Agosto;
- c) Plano de Ajustamento Financeiro elaborado nos termos do nº 2 do artº 5º e artº 6º da Lei nº 43/2012, de 28 de Agosto.

As propostas do Executivo Municipal foram aprovadas pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 27 de Setembro de 2012.

A adesão do Município de Soure ao respectivo Programa foi efectuada através de pedido dirigido à Comissão de Análise do PAEL, entidade criada nos termos do artº 4º, com a missão de dirigir a instrução do procedimento, incluindo a preparação da decisão final e a elaboração da proposta de contrato entre o Estado e os municípios aderentes.

No passado dia 8 de Novembro a Câmara Municipal foi informada por parte da Secretaria de Estado da Administração local e Reforma Administrativa sobre o projecto de decisão relativo ao pedido de adesão ao PAEL e, posteriormente, recebido a minuta do contrato de empréstimo por parte da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (D.G.T.F.).

Seguidamente, o contrato de empréstimo celebrado ao abrigo do PAEL será enviado para o Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia – *cfr. artº 8º da Lei nº 43/2012, de 28 de Agosto.*

No que concerne à instrução e tramitação dos processos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, dispõe a Resolução nº 14/2011, de 16 de agosto, que nos contratos de empréstimo das autarquias locais, para além de outros elementos, os referidos processos devem ser instruídos com cópia da deliberação do órgão executivo relativo à aprovação das cláusulas contratuais - *cfr. alínea f) do nº 1 do artº 19º da Resolução nº 14/2011.*

A este respeito, prevê a alínea d) do nº 7 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que compete à câmara municipal exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município.

Face ao atrás exposto, sugerimos que:

A minuta do contrato de empréstimo, onde constam as cláusulas contratuais, a celebrar entre o Estado e o Município de Soure, no âmbito do PAEL, seja submetido à apreciação da Câmara Municipal para aprovação.

Sempre que o exijam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a câmara, o presidente pode praticar quaisquer actos da competência desta, mas tais actos ficam sujeitos a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade – *cfr. o previsto no nº 3 do artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.*

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
15-11-2012

Deliberado, por unanimidade, ratificar a subscrição do Contrato de Empréstimo pelo Senhor Presidente.-----

**Ponto 32. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA
- Parecer da Unidade Técnica**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: Reorganização Administrativa Territorial Autárquica
- Parecer da Unidade Técnica**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

A Assembleia Municipal de Soure, ao abrigo do disposto no artº 11º da Lei nº 22/2012, deliberou, na sua sessão extraordinária realizada em 12 de Outubro de 2012, sobre a reorganização administrativa das freguesias situadas no seu território.

Esta pronúncia resultou da proposta da Câmara Municipal que, na sua reunião de 11 de Outubro de 2012, aprovou um parecer favorável à “**proposta de pronúncia**” apresentada pela Unidade Política de Acompanhamento, constituída por deliberação da Assembleia Municipal de 29 de Junho de 2012.

Nos termos do previsto no artigo 12º da Lei nº 22/2012, a pronúncia da Assembleia Municipal foi entregue à Assembleia da República dentro do prazo estipulado, ou seja, 90 dias seguidos a contar da data da entrada em vigor deste diploma legal.

De acordo com a referida pronúncia, a Assembleia Municipal propôs:

1. A agregação das freguesias de Brunhós e Gesteira, numa freguesia designada por «União das Freguesias de Gesteira e Brunhós», com sede no lugar de Gesteira.
2. A agregação das freguesias de Degracias e Pombalinho, numa freguesia designada por «União das Freguesias de Degracias e Pombalinho», com sede no lugar de Degracias.
3. A Assembleia Municipal deliberou, ainda, recorrer à margem de flexibilidade, prevista no nº 1 do artº 7º, para diminuir em uma (1) freguesia o número global de freguesias a reduzir, nos termos da alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 22/2012..

Na sequência do atrás exposto, a Unidade Técnica criada para a reorganização administrativa do território (UTRAT) elaborou, em cumprimento do previsto na alínea c) do nº 1 do artº 14º da Lei nº 22/2012, parecer sobre a conformidade ou desconformidade das pronúncias das Assembleias Municipais, pareceres esses disponibilizados no site da Assembleia da República.

No caso concreto do Município de Soure o parecer da Unidade Técnica conclui que:

21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Novembro de 2012

1. Será de admitir que, ao abrigo disposto no artº 7º, nº 1, da Lei nº 22/2012, o número global de freguesias a reduzir seja de apenas 2 (duas);
2. Uma vez que foi proposta uma redução global de 2 (duas) freguesias, é entendimento da UTRAT que a pronúncia apresentada pela Assembleia Municipal de Soure se apresenta conforme com o disposto nos artigos 6º e 7º da Lei nº 22/2012.

Realce-se que a aplicação linear da alínea a) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 22/2012, implicaria a redução de três (3) freguesias (25% do nº actual de freguesias) ora, a Assembleia Municipal ao pronunciar-se, recorrendo á margem de flexibilidade prevista no nº 1 do artº 7º - *“a assembleia municipal goza de uma margem de flexibilidade que lhe permite em casos devidamente fundamentados, propor uma redução do número de freguesias do respectivo município até 20% inferior ao número global de freguesias a realizar resultante da aplicação das percentagens previstas no nº 1 do artigo 6º”* - possibilitou que apenas se venham a reduzir duas (2) e não três (3) freguesias no concelho de Soure, proposta agora acolhida e validada pela Unidade Técnica.

Em conclusão, para além de se salvaguardar o aumento na participação no FFF das freguesias criadas por agregação, conforme o previsto no nº 4 do artº 14º (**15% até ao final do mandato seguinte á agregação**), a pronúncia da Assembleia Municipal permitiu que o novo mapa de freguesias no concelho, caso venha a ser aprovado na Assembleia da República, seja **constituído por dez (10) e não nove (9) freguesias**.

Transpondo a análise dos diversos pareceres da Unidade Técnica para a realidade distrital (**quadro em anexo**) constata-se que:

1. Os concelhos de Mira e Vila Nova de Poiares não foram objecto desta reorganização administrativa territorial autárquica, por serem municípios em cujo território se situam quatro ou menos freguesias – **cfr. nº 3 do artº 6º da Lei nº 22/2012**.
2. O município de Penela viu a pronúncia da sua assembleia municipal ser considerada desconforme e, assim, nos termos do nº 1 do artº 15º a Unidade Técnica elaborará e proporá à assembleia municipal de Penela um projecto de reorganização administrativa, para que esta eventualmente se pronuncie.
3. Dos restantes 14 concelhos do distrito de Coimbra, cinco pronunciaram-se e nove não se pronunciaram ou, pronunciaram-se pela não agregação de qualquer freguesia o que equivaleu a ausência de pronúncia – **vide nº 2 do artº 14º da Lei nº 22/2012**.
4. Os cinco concelhos que se pronunciaram (**Arganil, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Pampilhosa da Serra e Soure**) recorreram á margem de flexibilidade prevista no artº 7º, e todos eles viram acolhidas as suas propostas pela Unidade Técnica, ou seja, evitaram a redução de uma (1) freguesia e no caso da Figueira da Foz de duas (2) freguesias, também por força da alínea b) do nº 1 do artº 6º, no caso deste ultimo concelho.
5. No caso dos concelhos que não se pronunciaram, a redução de freguesias proposta pela Unidade Técnica é igual á que resultaria da aplicação linear do artº 6º da Lei nº 22/2012, assim, a título meramente exemplificativo:
 - **Cantanhede**; reduzirá cinco (5) freguesias, no caso de se ter pronunciado e invocado a margem de flexibilidade (artº 7º), reduziria quatro (4).
 - **Coimbra**; reduzirá treze (13) freguesias, no caso de se ter pronunciado e invocado a margem de flexibilidade (artº 7º), reduziria dez (10).
 - **Condeixa**; reduzirá três (3) freguesias, no caso de se ter pronunciado e invocado a margem de flexibilidade (artº 7º), reduziria duas (2).
 - **Penacova**; reduzirá três (3) freguesias, no caso de se ter pronunciado e invocado a margem de flexibilidade (artº 7º), reduziria duas (2).
 - **Tábua**; reduzirá quatro (4) freguesias, no caso de se ter pronunciado e invocado a margem de flexibilidade (artº 7º), reduziria três (3).

21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Novembro de 2012

CONCLUSÃO

A pronúncia da Assembleia Municipal de Soure tomada em sessão extraordinária de 12 de Outubro de 2012 está conforme o previsto na alínea c) do nº 1 do artº 6º e nº 1 do artº 7º, ambos da Lei nº 22/2012, de acordo com o parecer da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) proferido em 26 de Outubro de 2012.

Deste parecer da UTRAT deverá ser dado conhecimento à Câmara e Assembleia Municipais.

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
12-11-2012

Despacho:
. À Reunião de Câmara.
. À Srª. Presidente da Assembleia Municipal,
Dra. Isabel Verão.
2012.11.12
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)

O Senhor Presidente referiu que: “a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT), que funciona junto à Assembleia da República, já se pronunciou, dando Parecer Favorável à Pronúncia aprovada pela Assembleia Municipal de Soure...”

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 33. REFORMA JUDICIÁRIA

33.1. Associação Nacional de Municípios Portugueses

O Senhor Presidente referiu que: “no dia 20 de Novembro, de manhã, estive presente numa Conferência de Imprensa, no Hotel D. Luís em Coimbra, onde a CIM - Baixo Mondego tomou uma posição pública/formal, sobre a Reforma Judiciária, sobre a Lei e o Projecto-Lei... A CIM - Baixo Mondego estava preocupada com a questão dos Julgados de Paz, pelo facto de ser deslocalizado de Aveiro para o Porto... A CIM - Baixo Mondego não tinha feito ainda qualquer referência relativa à questão das Secções de Competência Genérica e de Proximidade... Durante a noite redigimos um outro ponto, que acabou por ser incluído e obteve a mesma importância que os outros... Optou-se por dar uma

21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Novembro de 2012

Conferência de Imprensa em que intervieram: o Presidente da CIM - Baixo Mondego, Eng.º Jorge Bento, o Dr. João Paulo Barbosa de Melo, o Dr. João Ataíde, o Dr. João Reigota e depois, eu, encerrei... Correu bem, acho até que conseguimos fazer intervenções complementares, cada um no seu estilo... Eu, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Soure, saudei a CIM -Baixo Mondego pela realização desta iniciativa para tomada de posição... Considerei que, no caso concreto da CIM - Baixo Mondego, qualquer um dos Municípios, mesmo sem ambiência de crise, sempre teve uma perspectiva reformista, racional... até porque, com a escassez de recursos anterior à crise, sempre tivémos que ser racionais, sempre tivémos que ser reformistas, e a última coisa que poderíamos estar ali a fazer era a promover qualquer defesa “bacoca de aldeia”!!!... Pelo contrário, nós somos a favor de que não haja “defesa de capelas”... Nós não defendemos aquilo que é socialmente indefensável, pois, isso seria um instrumento descredibilizador... Depois dei um conjunto de exemplos que, do meu ponto de vista, evidenciaram bem que não se justifica um conjunto de perspectivas de desclassificação conforme consta da Proposta de Reforma Judiciária...

À tarde estive em Lisboa, numa reunião com a Senhora Ministra da Justiça... Nessa reunião estiveram a Senhora Ministra da Justiça, Dra. Paula Teixeira da Cruz, o Chefe de Gabinete da Senhora Ministra, o Presidente da ANMP, Dr. Fernando Ruas e os Senhores Presidentes de Câmara convocados... Quando chegou a minha vez de falar, confesso que comecei na “mesma linha” utilizada na Conferência de Imprensa... Referi que nada tinha contra as Reformas, pelo contrário...

Em resumo, o que é que a Senhora Ministra da Justiça diz?... A Senhora Ministra usa argumentos deste género: Soure, com a especialização, terá 226 novos processos/ano, número este inferior a 250... Depois, “pegou” no número de processos e fez um rácio pelo número de habitantes e adiantou que, em Soure, por exemplo, só 0,03 dos habitantes é que vão a Tribunal... Então, retorqui-lhe: “*Senhora Ministra, se calcular esse rácio para Lisboa e para outros Tribunais de grandes Cidades... os resultados levariam ao fecho de todos!!!!... Se calcular esse rácio nessas Cidades... Concluirá que, nelas, a percentagem de habitantes que vão ao Tribunal, ainda era menor!!!!... A Senhora Ministra não pode utilizar isso apenas nos casos em que lhe dá jeito, senão não está a socorrer-se, de forma correcta, de um rácio, está a servir-se de um rácio...*”

Depois perguntei-lhe, Senhora Ministra porque é que os vossos serviços em vez de fazerem um historial estatístico dos últimos três anos, não pegam no número de habitantes e “pensam” assim: um Concelho tem dez mil habitantes, em média tem tantos processos de cível, em média tem tantos processos crime e depois com base nessas médias definem volumes estimados... O que não faz sentido é que num Concelho onde haja paz social, como o de Soure, porque há todo um esforço colectivo nesse sentido, lá porque tem

21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Novembro de 2012

poucos processos crime... (dos 226 processos/ano, estimados, apenas 93 são crime!!!!...) Enquanto que em Concelhos que são “metade” do de Soure, o número de processos crime/ano estimado chega aos 200!!!!...

O Concelho de Soure é o quarto/quinto/sexta???... em dezassete do Distrito... pode ter sensivelmente vinte mil habitantes... Senhora Ministra já vi que estudou com atenção a caracterização demográfica do Concelho de Soure... Já agora, verificou que integramos duzentos e tal lugares?... Constatou que não temos nenhum bairro periférico, como um grande centro com população volátil e completamente deslocalizável à menor contrariedade?... Apercebeu-se que no Concelho de Soure, a grande maioria dos residentes habitam em vivendas unifamiliares?... Analisou que a variação do número de Famílias residentes foi positiva em quase todas as Freguesias?... Ou apenas olhou ao número de habitantes e não estudou a “especialização” do mesmo?...”

Depois tentou explicar-nos: que não percebe para que é que os Concelhos querem ter Secções de Competência Genérica, que só darão resposta ao crime e ao cível não executivo... enquanto aqueles que tiverem uma Secção de Proximidade, mesmo não tendo um Juiz residente, darão resposta a todas as áreas do Direito, sendo que bastará haver um acordo entre as partes, e o julgamento poderá ser lá!!!... *Onde é que isso está escrito?... Numa Secção de Competência Genérica se houver um problema de trabalho, o Município terá que ir a Coimbra ou à Figueira da Foz... mas se for uma Secção de Proximidade, entrega lá o processo, é ouvido lá, pergunta pelo processo lá!!!... Bom, a ser assim, daqui a pouco, vamos começar todos a pedir, não para ter uma Secção de Competência Genérica, mas sim uma Secção de Proximidade...*

Nós aprovámos três Moções de Censura!!!...

Resumindo, o Tribunal de Soure não irá fechar!!!!... tudo aponta para que possa vir a ser uma Secção de Proximidade... Sendo que, de acordo com a opinião da Senhora Ministra, uma Secção de Proximidade ainda será melhor para os Cidadãos do que uma Secção de Competência Genérica...

O Senhor Chefe de Gabinete da Senhora Ministra ainda nos adiantou outra coisa... *“Senhores Presidentes, não estejam muito preocupados porque a regra “hoje” é a de basear o cálculo na evolução do último triénio... mas, amanhã pode haver uma referência que atenda à evolução anual do número de processos...”*

Foi tomado conhecimento.-----

33.2. Delegação de Soure da Ordem dos Advogados

Foi presente a seguinte informação:

21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 23 de Novembro de 2012

Assunto: Reforma Judiciária

- **Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais**
- . **Delegação de Soure da Ordem dos Advogados**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

O Ministério da Justiça, dentro da fase de audição dos interessados, remeteu aos municípios os projetos de diploma legal de Organização do Sistema Judiciário e do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais na sequência da discussão sobre o documento intitulado “**Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária**” que veio substituir / reformular o inicial “**Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária**”, terminando essas audições no passado dia 31 de Outubro.

A este propósito, a Câmara Municipal deliberou, na sua reunião de 30 de Outubro de 2012, aprovar, por unanimidade, uma moção de censura, porque se entendeu que se mantêm actuais e válidos os fundamentos invocados nas reuniões do Executivo Municipal de 17.02.2012 e de 30.07.2012.

Esta moção de censura foi transmitida, dentro da fase de audições, ao Ministério da Justiça, dando-se conhecimento dessa posição a diversas entidades, designadamente à Delegação de Soure da Ordem dos Advogados, assim como aos diversos órgãos de comunicação social.

A Delegação de Soure da Ordem dos Advogados, através de comunicação datada de 5 de Novembro de 2012, traz ao conhecimento da Câmara Municipal alguns considerandos sobre a Reforma Judiciária, questionando se “*não seria razoável, economicamente eficiente e de elementar equilíbrio inter-concelhio que o futuro Juízo/Secção do Comércio, provisória ou definitivamente, fosse instalado em Soure, aproveitando as óptimas instalações do Tribunal, toda uma equipa de funcionários e mantendo viva uma instituição que além do marco de soberania tem protagonismo nada despidendo na dinâmica concelhia?*”

Esta questão levantada pela Delegação de Soure da Ordem dos Advogados (**localização da secção do comércio**) enquadra-se no âmbito da Organização do Tribunal Judicial de 1ª Instância de Coimbra que foi objecto da nossa informação de 24.10.2012, submetida à reunião da Câmara Municipal de 30.10.2012.

Sintetizando o explanado na referida informação, a aplicação da nova organização judiciária no distrito de Coimbra prevê que o Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra integre, na sua Instância Central, entre outras, uma secção de competência especializada, designadamente a **Secção do Comércio**.

Compete às secções do Comércio preparar e julgar:

- Os processos de insolvência;
- As acções de declaração de inexistência, nulidade e anulação do contrato de sociedade;
- As acções relativas ao exercício de direitos sociais;
- As acções de suspensão e de anulação de deliberações sociais;
- As acções de liquidação judicial de sociedades;
- Acções de dissolução de sociedade anónima europeias;
- Acções de dissolução de sociedades gestoras de participações sociais;
- As acções a que se refere o Código do Registo Comercial.

A Secção do Comércio do Tribunal judicial da Comarca de Coimbra, terá como área territorial o distrito de Coimbra, e **terá como sede Coimbra, todavia será instalada provisoriamente em Montemor-o-Velho**.

Em suma, a previsão da Secção do Comércio, com sede em Coimbra, ser instalada provisoriamente em Montemor-o-Velho já resulta claramente do Projecto de Decreto-Lei do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, pela leitura conjugada da alínea i) do nº 1 do artº 95º e MAPA III anexo ao projecto de Decreto-Lei.

***21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012***

CONCLUSÃO

Face ao atrás exposto, e apesar de já ter terminado a fase de audições, a questão / sugestão da Delegação de Soure da Ordem dos Advogados revela-se, salvo melhor opinião, pertinente e condizente com os considerandos / fundamentos que levaram á aprovação de monções de censura a esta Reforma Judiciária por parte do Executivo Municipal (reuniões de 17.02.2012, 30.07.2012 e 30.10.2012) e da Assembleia Municipal (sessões de 28.02.2012 e 29.06.2012).

À superior consideração,
O Técnico Superior,
(Gil Soares, Dr.)
16-11-2012

Despacho:

- Tomei conhecimento.
- Ao Gabinete Jurídico para juntar ao processo.
→ À Reunião de Câmara
2012.11.19
(João Gouveia, Dr. - Presidente de Câmara)

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 34. ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

- . Antiga Escola do 1.º CEB de Cotas**
- Hasta Pública**
- . Adjudicação Definitiva**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Alienação de Bens Imóveis

- Antiga Escola do 1º CEB de Cotas**
- . Hasta Pública – Adjudicação Definitiva**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

A Câmara Municipal deliberou vender, na sua reunião de 31 de Agosto de 2012, através do procedimento de hasta pública, o prédio urbano situado em Cotas (artigo matricial nº 914/Pombalinho) onde funcionava a antiga escola do 1º CEB, tendo por base de licitação 24.250,00 euros.

O acto público de hasta pública realizou-se no passado dia 20 de Setembro de 2012, pelas 10h00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

A arrematação em hasta pública decorreu perante a Comissão nomeada para o efeito, que procedeu á abertura da única proposta apresentada, no valor de 24.251,00 euros, efectuada pela empresa Aldeia de Cima – Investimentos Imobiliários Lda, com sede em Lisboa.

Após a verificação da regularidade da proposta apresentada foi feita a licitação a partir daquele valor, tendo o prédio objecto da hasta pública sido adjudicado provisoriamente, pela Comissão, àquela empresa pelo valor de 24.251,00 euros, conforme Auto de Arrematação Provisória, em anexo á presente informação, e assinado pelos membros da Comissão e pelo adjudicatário provisório.

**21.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 23 de Novembro de 2012**

O Órgão competente para a adjudicação definitiva é a Câmara Municipal por força da alínea f) do nº 1 do artº 64º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

O prédio urbano objecto desta alienação, embora inscrito na matriz predial urbana com o número 914/Pombalinho em nome do Município de Soure, não está descrito no registo predial, ou seja, o Município não tem título que lhe permita provar que é dono do mesmo, com efeito o prédio em questão foi construído pela Câmara Municipal por volta do ano de 1950 num terreno doado por particulares que hoje não se conseguem identificar.

De facto, o Município de Soure é dono há mais de cinquenta anos deste prédio, vindo a exercer sobre ele ao longo dos anos uma posse pacífica, contínua e pública, com o conhecimento de toda a gente, suportando os encargos com a sua manutenção / conservação, adquirindo assim um direito de propriedade por usucapião – *vide artº 1287º do Código civil.*

Torna-se, no entanto, necessário, a Câmara Municipal proceder à justificação do prédio em causa para a obtenção de título legítimo que concretize a sua titularidade.

Face ao atrás exposto, sugerimos que a Câmara Municipal delibere:

1. Alienar o prédio urbano situado em Cotas, freguesia de Pombalinho, com o artigo matricial nº 914, onde funcionavam as antigas instalações da Escola do 1ºCEB, á empresa Aldeia de Cima - Investimentos Imobiliários Lda, com sede em Lisboa, pelo valor de 24.251,00 euros.
2. Simultaneamente com a alienação, justificar o referido prédio, uma vez que não existe o título legítimo para provar a titularidade do mesmo.

À superior consideração,

O Técnico Superior,

(Gil Soares, Dr.)

12-11-2012

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Adjudicação Definitiva, relativa à Alienação do Prédio Urbano situada em Cotas, Freguesia de Pombalinho, com o Artigo Matricial n.º 914, à Empresa Aldeia de Cima - Investimentos Imobiliários Lda., pelo valor de 24.251,00 euros, bem como proceder à Justificação Notarial do referido Prédio, conforme decorre da informação técnica/jurídica.-----

Ponto 35. PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013

- . Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Resolução do Conselho Geral

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 36. AGRADECIMENTO

- . Partido Socialista

Foi tomado conhecimento.-----